

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

PETIÇÃO N.º 12/XI

A FAVOR DO AEROPORTO DA HORTA E DE MAIS E MELHORES
ACESSIBILIDADES AÉREAS AO FAIAL

PONTA DELGADA
FEVEREIRO DE 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 728	Proc. n.º 45.10.01
Data: 01/03/01	N.º 12.1.XI



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu relatório e parecer sobre a Petição n.º 12/XI “A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”.

1.º. CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 22 de junho de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”, sendo o Sr. Dejalme Vargas o primeiro subscritor.

A presente petição tem como principais objetivos o aumento e a melhoria das acessibilidades aéreas ao Faial, através da liderança do processo de ampliação da pista da Horta pelo Governo Regional dos Açores; da implementação do RISE no Aeroporto da Horta; do aumento do número de voos, especialmente, entre maio e setembro; e da habilitação das tripulações da SATA para a operação noturna no Pico e no Faial.

2.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



3º. CAPÍTULO – APRECIACÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A presente petição, designada “**Petição a favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial**”, salienta, em sede de considerandos justificativos da respetiva apresentação, essencialmente, “os evidentes problemas e constrangimentos” verificados na operação da Azores Airlines no Aeroporto da Horta, bem como a premência da ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Assim, pedem, os peticionários, “em concreto, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove as seguintes orientações a serem cumpridas pelo Governo Regional dos Açores e pela SATA:

1. Que se implemente com a máxima urgência no Aeroporto da Horta o RISE e que os aviões da Azores Airlines sejam equipados com o nível de equipamento que possibilite a aproximação com mais baixa visibilidade.
2. Que Governo Regional dos Açores assuma a liderança de todas as parcerias necessárias que visem a ampliação da pista do Aeroporto da Horta nos termos da alínea e).
3. Que a SATA garanta, especialmente entre maio e setembro, a operação do número suficiente de aeronaves que permita aumentar o número de voos de modo a satisfazer as necessidades de tráfego das rotas que detém em exclusivo sem permanentes ameaças de problemas e de atrasos.
4. Que a SATA garanta, especialmente para os Aeroportos da Horta e do Pico tripulações habilitadas simultaneamente para as duas infraestruturas e para a operação noturna.”

Diligências:

A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, a diversas entidades e proceder às seguintes audições:

- do primeiro subscritor da petição - Dejalme Vargas;



- do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta (CCIH) - David Marcos;
- do Presidente da Câmara Municipal da Horta (CMH) - José Leonardo Silva;
- da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP) - Ana Cunha.
- do Grupo de Trabalho sobre o Aeroporto da Horta.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 07 de novembro de 2017, na ALRAA, Horta – Faial, procedeu às seguintes audições:

- **Primeiro subscritor da Petição, Dejalme Vargas;**
- **Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta, David Marcos; e**
- **Presidente da Câmara Municipal da Horta (CMH), José Leonardo.**

- **Audição do primeiro subscritor da petição, Dejalme Vargas**

O peticionário, o Sr. Dejalme Vargas, iniciou a sua intervenção dizendo que o principal objetivo da petição consiste no aumento e melhoria das condições de segurança da pista do aeroporto da Horta, bem como a melhoria das condições da operação da Azores Airlines e SATA Air Açores. Indicou que esta petição recolheu cerca de 2.529 assinaturas, presencialmente, de várias ilhas dos Açores e até do exterior de Portugal.

O deputado Carlos Ferreira saudou os 2.529 subscritores, fazendo menção aos argumentos apresentados no preâmbulo da petição e perguntou se o peticionário mantinha a sua posição de que o Governo dos Açores deve liderar o processo do aumento da pista; se considera que o aumento da pista é hoje mais urgente do que era há 10 anos atrás, devido à alteração do modelo de transportes aéreos e à evolução do turismo; e se tem conhecimento da possibilidade de uma



companhia aérea como a Ryanair, com a frota com que opera nos Açores, operar na pista da Horta sem penalizações.

O peticionário respondeu que mantém a posição que o Governo Regional deve liderar o processo, ainda que o aeroporto tenha sido concessionado à Vinci Airports, na privatização da ANA Aeroportos, não sabendo se deve ser o Governo dos Açores a pagar a totalidade do investimento. Informou ainda que em 2009 e 2010 foram inscritos 50.000 € e 100.000 €, respetivamente, no plano e orçamento da RAA, para a ampliação da pista da Horta.

Declarou ainda que a SATA tem ficado prejudicada pelas penalizações relativas às restrições de segurança da pista. Caso a Ryanair voasse para a pista da Horta, provavelmente, também ficaria sujeita a penalizações, pelo que a solução passa por dotar a pista das condições necessárias e não comprar aviões mais pequenos, específicos para operar na Horta.

O deputado Tiago Branco realçou que a ampliação da pista da Horta é uma reivindicação justa e antiga e o PS tem estado ao lado dos Faialenses. Questionou o peticionário sobre o estudo prévio feito pela Câmara Municipal da Horta, para saber se este respondia às reivindicações.

O peticionário afirmou que não é técnico de aeronáutica, nem tem conhecimentos suficientes sobre o assunto, mas considera que a dimensão da pista prevista no estudo é suficiente para que os A-320 possam aterrar em segurança, salvaguardando as condições de operacionalidade. Ainda assim, entende que deveria ter sido contratada uma empresa certificada.

O deputado António Lima perguntou sobre a importância do sistema RISE para a ampliação da pista da Horta e quem deve ter a iniciativa e financiar a proposta de ampliação.

Em resposta, o peticionário disse que o sistema RISE começou a ser implementado no Alasca e permite que as aeronaves possam baixar mais em dias de nevoeiro, de 800 para 400 pés, através de um sistema GPS instalado no avião. Este sistema permitiria reduzir muito a altitude e assim atenuar os cancelamentos de voos. Indicou ainda que o sistema está em fase de testes, mas a ANAC ainda tem de validar e certificar o processo/sistema. Entende que as três entidades (Governo dos Açores, Governo da República e ANA/VINCI) devem sentar-se à mesa e dividir o investimento de 35 milhões, recorrendo ainda a fundos comunitários.



A deputada Graça Silveira considera que o alargamento da pista é só uma parte do problema, tendo perguntado se a necessidade de ampliação da pista está relacionada com a atração de outras companhias aéreas ou apenas por operacionalidade e segurança. Pediu ainda esclarecimentos sobre o ponto 4 da petição, em que aborda o tema da falta de tripulações habilitadas para voar para o Pico e Faial.

Por sua vez, o peticionário disse que as penalizações dificultam a aceitação das tripulações em voar para o Pico e Faial, mas o Governo já esclareceu que está a ser prestada formação para certificar as tripulações. Acresce que o mais importante é sempre garantir a segurança e evitar as restrições ao nível de carga, ainda que também seja importante que a SATA tenha uma frota adequada às necessidades dos Açorianos.

O deputado Rui Martins perguntou se com a construção das áreas RESA na pista da Horta, fica assegurada as operações com os novos aviões da Azores Airlines - A321 Neo, se o estudo da CMH abrange as referidas áreas ou é superior, bem como se a certificação da pista permanece válida com as alterações indicadas. Pretendeu saber se o estudo da CMH colmata as necessidades do aumento da pista.

O deputado Carlos Ferreira solicitou a obtenção de garantias junto do Governo Regional e da SATA no serviço de transporte aéreo prestado na ilha do Faial; questionou se devemos promover o regresso da TAP à ilha do Faial; se o peticionário discorda da aquisição pela SATA de aeronaves mais pequenas, para evitar assim a ampliação da pista; e se devemos abrir a rota da Horta à low cost. Perguntou ainda se as promessas feitas para o aumento da pista da Horta devem ser cumpridas e se o valor pago pela empresa VINCI teria aumentado, caso tivesse sido incluído o custos das obras para a ampliação da pista, no caderno de encargos da privatização da ANA.

O deputado José Ávila perguntou ao peticionário se concorda com o facto da TAP ter saído da Horta por sua livre iniciativa; se concorda com o parecer da APPLA, que referem que “aumentar a pista da Horta poderá chegar às largas centenas de milhões de euros”; e se confirma que não existem falhas de segurança nas pistas do Pico e Faial. Pediu ainda a opinião sobre a atuação dos Governo da República do PSD/CDS sobre a privatização da TAP e da ANA.



O peticionário considerou que a pista da Horta é pública, mas que apenas foi concessionada por 50 anos a uma empresa privada, entendendo que houve uma negociação entre a SATA e a TAP para a saída desta última da rota da Horta, pelo que se a SATA prestar um bom serviço ninguém irá pedir que a TAP volte. Considera o parecer da APPLA irrealista, até porque um suposto estudo, realizado pela ANA, mas que nunca foi tornado público, estimava a construção em cerca de 75 milhões de euros. Disse que se a ANAC certifica o aeroporto é porque está garantida a segurança.

Acrescentou que desconhece os planos de voo dos novos A321Neo, que as RESA do estudo são de 90 metros e que só podem ser utilizadas no levantamento e não na aterragem e que a vinda das low cost é um assunto polémico. Indicou ainda que o custo de aquisição de aeronaves mais pequenas dá para fazer as obras de ampliação das pistas no Faial e no Pico, cujo custo total rondará os 50 milhões de euros, pelo que a opção deverá ser rentabilizar o percurso.

Entende ainda que o estudo da CMH colmata as necessidades de segurança e operacionalidade da pista da Horta; que todos os partidos (PSD, CDS e PS) têm culpas no processo de ampliação da pista da Horta e que o valor estimado para as obras de ampliação da pista é simbólico, em comparação com o valor da venda da ANA, de 3 mil milhões de euros, e que devia ter sido incluído no caderno de encargos da privatização.

- **Audição do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta (CCIH), David Marcos**

O deputado António Lima interveio na audição e perguntou sobre os impactos na atividade económica da ilha do Faial, que resulta dos constrangimentos e cancelamentos de voos, quer ao nível do transporte de passageiros, quer ao nível da carga transportada por via aérea.

O representante da CCIH afirmou que tomou posse como Presidente apenas ontem (06/11/2017), mas referiu que o aeroporto tem um impacto transversal na atividade económica, pelo que a sua Direção defende a ampliação da pista do aeroporto do Faial, numa lógica de um aeroporto inteligente e sustentável.



Por sua vez, o deputado Carlos Ferreira questionou sobre os setores da economia mais condicionados pelas limitações da atual pista e se a não inclusão da ampliação da pista do FAIAL no caderno de encargos da privatização da empresa ANA é um obstáculo incontornável ou se ainda é possível revertê-lo.

O representante da CCIH referiu que os setores como o alojamento, a restauração, hotelaria, pescas e outros relacionados com carga, acabam por sofrer pelas limitações, mas é transversal a toda a economia da ilha. Relativamente ao caderno de encargos da privatização, não o conhece bem. Defende um aeroporto moderno e sustentável, que sirva o Faial e as restantes ilhas do grupo central, como alavanca ao desenvolvimento económico.

O deputado Rui Martins questionou sobre a pertinência do impacto económico da ampliação da pista, para alavancar a economia do Faial.

Apesar de não ter dados suficientes, o Presidente da CCIH afirmou que um aeroporto é muito importante para o desenvolvimento económico de qualquer ilha.

O deputado Tiago Branco interveio de forma a saber se o aumento do Turismo tem sido sentido pelo tecido empresarial do Faial e se existem fundos comunitários disponíveis para financiar o investimento da ampliação da pista.

A este respeito, o Presidente da CCIH disse que não cabe à Câmara de Comércio definir o modelo de financiamento, mas sim colaborar com as entidades públicas, de forma a medir o impacto e viabilidade do investimento, para evitar “investimento fantasma”. Considera ainda que a SATA tem poucos aviões e isso tem impacto em todas as ilhas, principalmente no Pico e Faial.

O deputado Carlos Ferreira voltou a intervir para perguntar se a ampliação da pista irá permitir diminuir a sazonalidade do turismo e promover e alavancar o turismo na ilha do Faial.

O representante da CCIH respondeu que tem dúvidas se a capacidade hoteleira existente no Faial é suficiente, face ao aumento previsto para o crescimento do turismo na Região Autónoma dos Açores, porque o turismo e o número de dormidas também têm aumentado no Faial, mas continua a ter problema com a reduzida estada média dos visitantes.



O deputado Carlos Ferreira voltou a intervir, perguntando se os condicionamentos do aeroporto não poderão estar a causar esta evolução menos consolidada da economia do Faial; questionou ainda se o Presidente da CCIH tem dúvidas sobre a capacidade dos empresários faialenses para corresponder aos desafios do aumento do turismo.

O Presidente da CCIH esclareceu que apenas não concorda com investimentos fantasma e que os dados que tem revelam que o turismo também está a crescer no Faial.

- **Audição do Presidente da Câmara Municipal da Horta (CMH), José Leonardo Silva**

O Presidente da CMH disse que o aeroporto da Horta foi inaugurado em 1971 e nesta data cumpria a sua função, sem restrições. A partir de 1985 começou-se a reivindicar a ampliação da pista, para eliminar e reduzir as penalizações e limitações da pista.

Assim, a CMH tem vindo a diligenciar junto das entidades públicas o aumento da pista, tendo, para o efeito, tomada a iniciativa de criar um grupo de trabalho e feito um estudo sobre a ampliação da pista, cujo valor estimado foi de 34,9 milhões de euros, muito aquém dos 73 milhões divulgados anteriormente. Este estudo foi entregue ao Governo Regional, ao Governo da República e à empresa ANA Aeroportos, pois considera que o aumento da pista e a melhoria das acessibilidades são essenciais ao desenvolvimento da ilha do Faial e da Região.

O deputado Tiago Branco questionou o Presidente da CMH sobre a liderança política do processo de ampliação da pista, quer ao nível autárquico, quer ao nível do Governo Regional.

Em resposta, foi referido que a CMH tem sido exemplar nos Açores, desde 2005, a assumir a liderança do processo de reivindicação do aumento da pista, pois este projeto foi colocado na gaveta pelo anterior Governo da República e o estudo feito pela autarquia voltou a colocar o assunto na ordem do dia.

Por sua vez, o deputado Carlos Ferreira declarou que o assunto foi colocado na ordem do dia pelos faialenses e pelos peticionários, perguntando se a Câmara Municipal já obteve resposta do Governo da República sobre o estudo; quem deve suportar o custo da ampliação da pista; se



o Governo dos Açores deve liderar o processo, envolvendo o Governo da República e a ANA; e se o Governo dos Açores deve comparticipar o investimento.

O Presidente da CMH afirmou que o estudo foi entregue às várias entidades referidas, mas até ao momento ainda não teve qualquer resposta formal do Governo da República e da ANA. A CMH tem liderado o processo, mantendo a coerência e o entendimento de quem deve suportar o investimento é a ANA e o Governo da República, mas o mais importante é que a obra seja feita, independentemente de quem a paga. Além disso, indicou que ficou surpreso com o parecer escrito da APPLA, ao referir um investimento de centenas de milhões de euros e até um bilião, pois considera que é uma afirmação leviana, sem qualquer estudo e fundamento que a suporte.

O deputado António Lima interveio para perguntar o motivo pelo qual o estudo feito pelo grupo de trabalho da CMH não foi entregue aos Grupos Parlamentares e à ALRAA; se pretende divulgar as respostas recebidas à ALRAA e se o papel do Governo dos Açores neste processo.

O Presidente da CMH respondeu que não tem nada a esconder, até porque o estudo está disponível desde junho no site da CMH e que irá enviar o mesmo à Presidente da ALRAA, bem como toda a informação relacionada com assunto, que será disponibilizada publicamente. Disse ainda que não é contra o Governo dos Açores pagar o investimento, mas mantém a coerência e o que disse anteriormente.

O deputado Rui Martins perguntou se a CMH financiou o estudo, por considerar a ampliação da pista essencial ao desenvolvimento da ilha do Faial; se fez diligências para procurar parcerias e fundos para financiar o investimento e quem enterrou o processo na gaveta, já que em 2009 e 2010 foram inscritas verbas de 50 e 100 mil euros, respetivamente, nos planos e orçamento da RAA. Pediu um comentário às afirmações do Presidente do GRA, quando disse que os Açorianos não deviam pagar a ampliação da pista, mas sim o Governo da República e a ANA.

Sobre estes assuntos, o Presidente disse que a CMH tem vindo a atuar e trabalhar há muito tempo, apresentado os seguintes dados:

- Em 29/10/2013 - CMH solicitou à ANA informações sobre a data prevista para ampliação da pista;



- Em 04/11/2013 - CMH pediu informações à NAVE sobre a certificação;
- Em 09/12/2013 – enviou ofício à Assembleia;
- Em 14/01/2014 – enviou ofício à ANA;
- Anualmente e por diversas vezes, tem feito vários pedidos de informação, que são públicos.

Considera ainda que não lhe compete comentar afirmações e como Autarca pretende mais economia, mais voos e mais emprego para o Faial, com a melhoria das acessibilidades. Há 40 anos atrás não se vislumbrava o aumento significativo que ocorreu no transporte de passageiros.

O deputado Carlos Ferreira voltou a intervir, perguntado por que motivo se recorreu a um grupo de trabalho e não uma entidade certificada para fazer o estudo.

Por outro lado, o deputado Tiago Branco realçou o facto do estudo da CMH apontar para uma redução do valor de investimento para 35 milhões de euros e se tinha total confiança no valor.

Por sim, o deputado Rui Martins perguntou se o interesse do Faial era também regional e se o Governo dos Açores devia mobilizar-se e liderar este processo.

A terminar, o Presidente da CMH disse que o melhor argumento de reivindicação é ter um estudo que suporta o investimento da ampliação da pista, que o mesmo é credível (investimento de 34,9 milhões de euros) e foi entregue ao Governo e ao Presidente da República. Considera ainda que o aeroporto da Horta é de interesse local, regional, nacional e até internacional, pelo que é importante ouvir as outras Câmaras do triângulo neste processo. O grupo de trabalho teve por base o conhecimento local de pessoas e técnicos credíveis e cuja competência deve ser valorizada e não o contrário.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 20 de dezembro de 2017, na delegação da ALRAA, em Ponta Delgada – São Miguel, procedeu à audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha e do Presidente do Conselho de Administração da SATA, Eng. Paulo Menezes.



- **Audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), Ana Cunha e do Presidente do Conselho de Administração da SATA, Eng. Paulo Menezes.**

A SRTOP, Ana Cunha, iniciou a sua intervenção referindo que os peticionários pretendem mais e melhores acessibilidades ao Faial, com destaque para a implementação urgente do “RISE”, a assunção da liderança no processo de ampliação da pista, que a SATA garanta em especial no verão uma operação com o número de voos suficiente, e por fim, que a SATA garanta o número de tripulações habilitadas com formação adequada para as duas infraestruturas, simultaneamente para as pistas do Faial e do Pico.

Começou por referir que a implementação do “RISE” iniciou-se no final de 2014, sendo expectável que o sistema tenha um impacto positivo na operação, com a redução do número de cancelamentos de voos e com a redução dos custos operacionais. A certificação do sistema é um processo complexo e a sua conclusão está dependente da autorização da ANAC, estando todas as tripulações formadas, 21 comandantes e 19 oficiais pilotos.

Por sua vez, o Governo tem vindo a instar o Governo da República, bem como a entidade concessionária – ANA, da necessidade de ampliação da infraestrutura e de outros investimentos que levem à melhoria das condições operacionais da infraestrutura. Referiu as posições do Governo aquando do processo de privatização em 2012, no processo de aprovação dos termos do contrato da concessão, no processo de aprovação do plano estratégico da ANA para 2013/2017, mais recentemente no âmbito da aprovação do plano estratégico para 2018/2022 e em setembro deste ano sobre as perspetivas de investimento para o ano de 2018.

Informou que o Ministro do Planeamento e Infraestruturas afirmou recentemente que o processo de privatização da ANA realizado pelo Governo da República anterior não deixou margem para uma intervenção na melhoria da operacionalidade do aeroporto da Horta, sendo que o plano de investimentos da ANA para 2018 não prevê qualquer intervenção para o aumento da pista, mas prevê o investimento a requalificação da aerogare (pavimentos e tetos falsos), pistas e caminhos de circulação (pavimentação da pista), equipamento de RX e de bagagem de mão, remodelação da sinalização luminosa da pista.



Recordou que a SATA cumpre com as OSP, tendo no verão a capacidade de efetuar 14 rotações semanais com a aeronave afeta às rotas Horta – Lisboa, Pico – Lisboa e Santa Maria – Lisboa, estando a SATA pronta para ajustar a sua oferta ao crescimento da procura.

Em relação à certificação de tripulações para os aeroportos da Horta e Pico, e para a operação noturna, informou que os requisitos necessários são cumpridos por todos os comandantes da frota A320, com mais de mil horas de voo (17 comandantes de 21).

O deputado Tiago Branco questionou em que ponto está o processo de implementação do projeto “RISE” que visa a melhoria da operacionalidade, e o ponto de situação relativamente à formação das tripulações para que possam realizar a operação noturna.

A SRTOP referiu que a SATA conta ter o COA alterado e sem restrições, mas está dependente da ANAC. Em relação aos voos noturnos e à certificação das tripulações, afirmou que a SATA tem os requisitos cumpridos em relação às tripulações, bem como para a operação noturna com a frota Q200 e Q400, mas que para a operação da frota A320 ainda não estão reunidas todas as condições.

O Eng. Paulo Menezes, referiu que segundo a análise de risco efetuada a operação da SATA Air Açores possibilita a operação com o Q200 e Q400 no período noturno, sendo que neste momento as análises de risco para a operação com os A320 da Azores Airlines indicam que não é possível.

O Deputado Tiago Branco questionou sobre quais os riscos identificados pela Azores Airlines para a dificuldade da realização dos voos noturnos.

O Eng. Paulo Menezes acrescentou que à medida que se fazem investimentos na infraestrutura e se implementam ajudas como o projeto “RISE” o risco vai reduzindo, o que vai potenciando uma possível operação noturna, dando o exemplo do aeroporto de Ponta Delgada e da pista do lado da Relva, que após a implementação do “RISE” melhorou a segurança e a confiança da tripulação para a realização da operação.

O deputado Carlos Ferreira questionou se o Governo dos Açores está disponível para liderar politicamente o processo de ampliação do aeroporto da Horta; qual a utilização que o Governo



Regional deu ao estudo realizado pela Câmara Municipal da Horta sobre a ampliação do aeroporto da Horta; se foi encomendado pelo Governo um parecer e estudo à Ordem dos Engenheiros Técnicos sobre os aeroportos do triângulo, nomeadamente Pico e Faial e também do aeroporto da Madeira; se o Governo já reuniu com a ANA sobre o dossier do aumento da pista do aeroporto da Horta, e qual o resultado dessas reuniões; se a Azores Airlines vai continuar a operar com as aeronaves A320 após o termo do leasing destas mesmas aeronaves, e a que rotas se destinam as novas aeronaves A321 NEO; e quais os custos anuais de exploração dos aeródromos da Região, individualizados por cada uma das infraestruturas.

A SRTOP respondeu que a posição do Governo dos Açores era clara, referindo as declarações do Presidente do Governo dos Açores aquando da entrega do estudo realizado pela Câmara Municipal da Horta, onde defendeu a ampliação do aeroporto da horta, referindo também que o momento certo para colocar esta questão teria sido em fase de processo de privatização da ANA, mas que o anterior Governo da República assim não entendeu.

Indicou que o Governo dos Açores não encomendou estudos à Ordem dos Engenheiros Técnicos, mas que vê nele credibilidade e terá no futuro a atenção do Governo. A SRTOP respondeu que o Governo dos Açores não reuniu com a ANA, mas realçou sempre a não menção da ampliação da pista do aeroporto da Horta, nos planos de investimento da empresa ANA.

O Eng. Paulo Menezes respondeu que as novas aeronaves A321 NEO iriam operar, essencialmente, no mercado dos Estados Unidos da América e do Canadá, nas rotas de longo curso, embora também possam fazer alguns voos doméstico. Relativamente aos A320, estas aeronaves irão continuar a ser utilizadas nas operações do Faial e Pico e quando terminar os seus leasings, a SATA deverá tomar as decisões mais adequadas em termos de gestão da frota.

O deputado Carlos Ferreira perguntou novamente se o Governo está ou não disponível para liderar o processo e qual o valor que atribui ao estudo da CM da Horta. Solicitou que a SRTOP fizesse chegar ao Parlamento o parecer emitido no âmbito do Plano Estratégico da ANA.

Informou que tinha conhecimento que a ANA estava a preparar um investimento para as áreas “RESA”, com a criação de uma área de 90 metros em cada uma das extremidades da pista, questionando se esta não seria uma oportunidade para em conjunto proceder à melhoria das condições da pista e se o aumento da pista do aeroporto da Horta não seria uma vantagem para



a própria SATA, podendo uniformizar a sua frota, obtendo vantagem económica e ambiental com a introdução do A321 NEO também no aeroporto da Horta.

A SRTOP referiu que o Governo dos Açores tem vindo a instar não só o Governo da República, com também a concessionária, a ANA, no sentido de se concretizar esta ampliação, dentro das suas competências e área de atuação. Relativamente ao estudo da CM da Horta, referiu que não lhe competia avaliar a componente técnica do mesmo, mas que o estudo tem a potencialidade de sustentar as démarches realizadas pelo Governo Regional dos Açores junto do Governo da República e da ANA. Referiu ainda que desconhecia a obra que estaria projetada pela ANA para a área “RESA”, uma vez que as obras que constam do plano estratégico são aquelas que mencionou anteriormente.

O Eng. Paulo Menezes referiu a importância da uniformização da frota, garantindo que os equipamentos são adequados também às infraestruturas disponíveis neste momento.

A deputada Graça Silveira questionou o Eng. Paulo Menezes sobre a possibilidade de a SATA adquirir os Embraer190 após o fim do leasing dos A320, para evitar o investimento na ampliação da pista da Horta; se existe uma autorização especial para os A320 poderem aterrar e descolar do aeroporto da Horta; se os novos A321 NEO podem ou não operar nas atuais condições do aeroporto da Horta; e se o Governo Regional realizou algum contato ou tem conhecimento do estudo da Ordem dos Engenheiros Técnicos, sobre a operacionalidade do aeroporto do Porto Santo, do Pico e do Montijo, ficando de fora o aeroporto da Horta.

A SRTOP respondeu que o Governo dos Açores não foi contactado sobre o estudo da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

O Eng. Paulo Menezes realçou que a operação normal não é realizada em regime de exceção; que as aeronaves Embraer ou Bombardier são utilizados por outras companhias e em regiões vizinhas, dando o exemplo da ligação das Canárias a Espanha; mas os A320 estão dentro dos limites para a operação no aeroporto da horta, e que as limitações também existem em outros aeroportos.

A deputada Graça Silveira questionou se os novos A321 NEO poderão ou não operar no aeroporto da Horta, e se existe, de facto, uma autorização especial devido à carga de alcatrão.



O Eng. Paulo Menezes esclareceu que a pista está certificada pela ANAC para a operação e que a SATA faz a sua operação dentro desta certificação. Por último, referiu que os A321 NEO não seriam para fazer a ligação à Horta.

O deputado António Lima referiu que a dificuldade da ampliação da pista do aeroporto da Horta deve-se em muito à privatização da ANA, questionando se o Governo Regional considera a ampliação da pista do aeroporto da Horta como estratégica e essencial para o futuro e para o desenvolvimento da Ilha do Faial.

A SRTOP disse que o Governo pretende, dentro da sua área de atuação e das suas competências, continuar a fazer intervenções junto do Governo da República e da ANA, fazendo sempre menção expressa à necessidade desse investimento.

O Deputado António Lima questionou se para o Governo Regional o investimento é ou não prioritário, solicitando uma intervenção mais ativa da parte do Governo.

A SRTOP respondeu que o Governo só poderá definir prioridades sobre os investimentos que tem responsabilidade em executar, sendo difícil estabelecer prioridades em investimento de “terceiros”, ainda que continue a fazer diligências no sentido de transmitir a necessidade da realização deste investimento.

O deputado Luís Garcia questionou que trabalho está a ser desenvolvido para a melhoria das acessibilidades aéreas à Ilha do Faial e para a promoção das suas rotas Lisboa-Horta; perguntou, também, sobre a revisão das OSP para as rotas do Faial, Pico e Santa Maria e quais as aeronaves a utilizar para nessas rotas. Perguntou se havia vontade política de alterar o erro da não inclusão desde investimento nos termos da privatização da ANA; e se o Governo considera ou não o investimento estratégico para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Questionou se o Governo está disponível para liderar o processo, reunindo com a ANA, com o Governo da República, e com suporte no estudo da CM da Horta procurar soluções e possibilidade de financiamento e concretização do investimento e quais os custos e as penalizações que esta pista tem para a SATA, nomeadamente ao nível dos custos de manutenção das aeronaves.



O deputado Rui Martins questionou sobre qual a extensão dos custos e das penalizações da operação para o Faial aplicadas por sistema; porque motivo a SATA nunca se pronunciou sobre a ampliação do aeroporto da Horta; se a SATA já recebeu alguma indicação para trabalhar no sentido de encontrar soluções para a operação, que não impliquem o aumento da pista por parte do Governo Regional; e se considera que a ANA se oporia a uma ampliação da pista.

A SRTOP respondeu que o Governo Regional já assumiu que o grande desafio da SATA é o de ajustar a oferta à procura para o próximo verão, com o incremento das ligações; informou que ainda não está em curso a revisão das OSP; referiu que o tema tem sido abordado pelo Governo dos Açores em todos os momentos junto do Governo da República e da ANA, considerando todos os investimentos nas infraestruturas aeroportuárias da região como estratégicos.

O Eng. Paulo Menezes afirmou que a SATA tem feito um esforço grande para a promoção das rotas internas e externas à região, incluindo recentemente o “stop over” das ligações aos EUA em outras ilhas, que não a Terceira e São Miguel. Realçou o esforço efetuado para a promoção dos Açores, através também do apoio da SATA a eventos desportivos e sociais, evidenciando o apoio ao Azores Trail Run na Ilha do Faial. A operação tem vindo a ser reforçada, permitindo atenuar a sazonalidade e reduzindo o pico do verão, melhorando a ocupação dos voos e alargar o período da operação. Informou que não tinha, no momento, os valores das penalizações e custos para a SATA dos cancelamentos e que nunca falou sobre a ampliação do aeroporto da Horta porque nunca foi chamado a pronunciar-se sobre essa questão.

O deputado Tiago Branco questionou o que está a SATA a fazer para ajustar a oferta à procura, e dessa forma adequar a sua operação e se a aquisição dos A321 NEO iriam ou não libertar os A320 para a rota da Horta, Pico e Santa Maria.

O deputado Carlos Ferreira questionou como é possível o Governo só avaliar quando terminar os leasings dos A320, colocando em causa o planeamento realizado. Perguntou ainda se já estão ou não a ser revistas as OSP com vista a tornar mais atrativos os destinos da Horta, Pico e Santa Maria, e se seria uma vantagem económica e ambiental para a SATA, ter uma pista com maiores dimensões no aeroporto da Horta.



A SRTOP respondeu que um dos grandes desafios da SATA para 2018 é o de adequar a oferta à procura visando reduzir os constrangimentos sentidos no ano de 2017, e que derivam também do grande aumento da procura, quer nas rotas Interilhas, quer nas rotas com o Continente.

Respondeu ao Deputado Carlos Ferreira, que foi aprovado um *business plan* até 2022, não sendo previsto até essa data qualquer substituição dos A320, afirmando que será sempre acautelado o fim dos leasings dos A320, com a sua continuação ou substituição. Em relação às OSP, pretende-se torná-las mais atrativas.

O Eng. Paulo Menezes respondeu que os A321 NEO vêm essencialmente substituir os A310, e podem fazer algumas rotas mais curtas, pelo que não irão influenciar a operação dos A320. Indicou, também, que qualquer companhia aérea prefere ter pistas maiores, porque os seus comandantes sentem-se mais confortáveis, mas a SATA tem é de adaptar a sua operação às infraestruturas existentes.

A deputada Graça Silveira questionou sobre o custo/benefício da aquisição de novas aeronaves face ao custo/benefício do investimento na infraestrutura.

O deputado Carlos Ferreira perguntou quando é que o Governo passa a dar passos concretos para a ampliação da pista, e se está disponível para avaliar o enquadramento a uma candidatura do investimento ao Plano Juncker.

O deputado José Ávila questionou se o facto do anterior Governo da República não ter acautelado no processo de privatização da ANA a contemplação deste investimento, significa que não o consideravam estratégico; e qual o número de passageiros desembarcados e embarcados no aeroporto da Horta e sua evolução recente.

O deputado António Viveiros questionou se num processo de privatização, qualquer obrigação adicional poderia implicar alterações no valor de venda.

A SRTOP afirmou que foi bastante explícita a transmitir a posição do Governo e aquilo que tem sido feito para a concretização do investimento e que o Governo está disponível para analisar uma candidatura ao Plano Juncker. Além disso, indicou que em julho e agosto foram movimentados 27 mil passageiros no aeroporto da Horta, número bastante considerável.



Relativamente à contemplação de um investimento deste tipo, no caderno de encargos da privatização, teria de ter em conta o valor do investimento no tempo, mas também os benefícios do investimento no tempo da exploração da infraestrutura, podendo ou não existir uma ligeira alteração no preço da proposta.

O Eng. Paulo Menezes respondeu que a maioria das empresas não adquire aeronaves, mas recorre a leasings operacionais, sendo ponderados muitos fatores para a sua aquisição, como as frequências, percursos, sendo a preocupação da SATA é encontrar as melhores soluções para as infraestruturas existentes.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 25 de janeiro de 2018, na sede da ALRAA, na Horta - Faial, procedeu à audição do Grupo de Trabalho criado pelo Município da Horta para a elaboração de um estudo prévio para a ampliação do aeroporto da Horta

- **Audição do Grupo de Trabalho criado pelo Município da Horta para a elaboração de um estudo prévio para a ampliação do aeroporto da Horta.**

O Grupo de Trabalho fez-se representar pelo Presidente da Câmara Municipal da Horta – José Leonardo Silva; pelo ex-Diretor do Aeroporto da Horta – João Corvelo; pelo fiscal técnico – António Pimentel; e pelo Eng. Nuno Corvelo.

O Sr. João Corvelo fez uma breve apresentação do estudo realizado, tendo realçado que foi um dos subscritores da petição em análise; que para não haver penalizações na pista da Horta é necessário ter uma pista com pelo menos 2.050 metros para aterrar e 2.200 metros para descolar e que o custo estimado para a ampliação da pista varia entre os 34,7 a 37 milhões de euros.

O deputado Tiago Branco fez referência ao custo previsto no estudo, de 35 milhões de euros, que é metade do referido pelo anterior Governo da República, tendo perguntado o motivo de



tamanha diferença. Questionou ainda sobre a implementação do sistema RISE e porque motivo foi previsto no estudo o crescimento da pista para o lado de Castelo Branco.

O Sr. João Corvelo disse que o morro de Castelo Branco não é um problema para a ampliação da pista, até porque fica muito mais caro ampliar para o lado do mar, quer pela altura, quer pela profundidade. Indicou que o Presidente da C.M. da Horta já, em 2013, tinha solicitado um estudo/dossier sobre a implementação do RISE.

O Eng. Nuno Corvelo acrescentou que o RISE começou por ser um projeto europeu de demonstração, com vista à facilitação de procedimentos. Atualmente está-se a certificar o projeto RISE, os procedimentos e as aeronaves, de forma a melhorar as aproximações à pista.

Por sua vez, o Sr. António Pimentel disse que o estudo do grupo de trabalho foi feito de raiz e teve em conta a otimização de recursos e dos materiais, de forma a diminuir a pegada ambiental. Acresce que a redução de custos foi conseguida, porque se previu a utilização dos materiais que já constam do local, tendo sido inseridos no projeto todos os itens e estimados todos os custos, incluindo o espaço para a ampliação da aerogare e o aumento da placa. Disse ainda que atualmente o *take-off* é penalizado em 40%, com consequências para a companhia aérea, para a aerogare e economia do Faial.

O Presidente da C.M. da Horta disse que o trabalho foi feito por pessoas competentes, sendo credível e devidamente fundamentado.

O deputado Rui Martins perguntou sobre a obtenção dos dados referentes à penalização no *take-off* de 40%; sobre a propriedade dos terrenos previstos nas zonas a desenterrar e se os mesmos são para expropriar; se desde a apresentação do estudo, alguma entidade indicou fragilidades no estudo; se os novos aviões A-321 Neo podem operar na “nova” pista do Faial; e se a aquisição de novas aeronaves, mais pequenas, com um custo superior a 40 milhões de euros, é mais um fator a favor do aumento da pista.

O Presidente da C.M. da Horta afirmou que os terrenos previstos nas zonas a desenterrar são privados; que ainda não ocorreu qualquer contato formal com os proprietários, mas que foram considerados os valores de mercado dos terrenos, para efeitos de previsão de custos. Indicou que o argumento do aumento da pista não depende do tamanho de novas aeronaves, porque



não querem ficar dependentes de uma só companhia e que o volume de tráfego aéreo no Faial tem vindo a aumentar de forma significativa, tendo a ambição de receber voos internacionais.

O Eng. Nuno Corvelo acrescentou que a penalização depende do tipo de aeronave, do trajeto e da carga, mas a ampliação da pista para 2.050 metros permite que um A321 Neo possa descolar sem penalização ou com uma penalização mínima.

O Sr. António Pimentel indicou que o estudo foi feito com muito rigor, e que a “retenção” de pescado tem um custo estimado de 5 milhões de euros, ano, na economia regional.

Já o Sr. João Corvelo considerou que não faz sentido optar por aviões mais pequenos, em vez de ampliar a pista no Pico e no Faial. Até ao momento, nenhuma entidade contactou o grupo de trabalho sobre fragilidades detetadas no estudo. Indicou ainda que o número “mágico” para a dimensão de uma pista de aeroporto é de 2.100 metros, dando com exemplo a pista do aeroporto de *LaGuardia*.

O deputado Carlos Ferreira perguntou se alguma entidade duvidou do valor do investimento previsto no estudo; se a economia do Faial ficava prejudicada com as limitações de carga, quer ao nível de bagagem de passageiros, quer ao nível de exportações. Questionou ainda sobre a percentagem de redução de cancelamentos e de divergências, caso a pista seja ampliada.

Em resposta, o Presidente da C.M. da Horta reafirmou que nenhuma entidade colocou em causa os valores orçamentados no estudo; que o aeroporto do Faial é muito seguro e não tem problemas de segurança.

O Eng. Nuno Corvelo disse que os A-321 Neo são dos aviões mais procurados e usados no mercado; que as penalizações aplicadas no aeroporto da Horta resultam de medidas de precaução com o uso de mais combustível e menos carga; e que, teoricamente, o RISE irá permitir reduzir o número de cancelamentos.

O deputado António Lima questionou sobre o fundamento para a ampliação da pista com recurso a fundos comunitários.



O Sr. João Corvelo argumentou que o grupo de trabalho analisou a legislação comunitária para as RUP, considerando ser possível compartilhar o investimento entre 75%, mais 20% de fundos regionais.

O Presidente da C.M. da Horta acrescentou que existe a possibilidade de utilizar o Plano Juncker, tendo o grupo de trabalho procurado novas formas de financiamento comunitário, neste ou no próximo quadro comunitário a ser negociado.

De seguida, o deputado Tiago Branco questionou se as áreas de segurança RESA já estão previstas no estudo e qual o custo estimado; e se a ANA tem previsto fazer obras no aeroporto da Horta.

Por sua vez, o deputado Luis Garcia perguntou como o grupo de trabalho interpretava o silêncio das entidades que receberam o estudo; qual o passo seguinte a realizar pelo grupo de trabalho; se a ANA mostrou alguma receptividade; qual o custo com a manutenção das aeronaves, devido ao impacto das penalizações; e se têm conhecimento de algum estudo feito pela Ordem dos Engenheiros.

O deputado Miguel Costa perguntou se a segurança do aeroporto da Horta esteve sempre garantida e se este é considerado seguro; se o grupo de trabalho abordou a ANA/VINCI para fazer a ampliação e qual foi a reação obtida.

Às perguntas colocadas o Presidente da C.M. da Horta confirmou que o aeroporto do Faial é seguro; e que a obra de ampliação visa garantir o futuro e o crescimento da economia do Faial. Considera que a ANA está receptiva à ampliação da pista, desde que sejam outras entidades a realizar o investimento. Além disso, quer o grupo de trabalho, quer a C.M. da Horta têm pressionado a ANA.

O Eng. Nuno Corvelo afirmou que a atual dimensão da pista obriga a usar os motores e travões ao máximo, o que implica custos de manutenção mais elevados.

O Sr. João Corvelo afirmou que as áreas RESA começaram por ser recomendadas apenas, mas agora são obrigatórias e podem ser usadas na descolagem. A ampliação da pista, no estudo,



abrange as áreas RESA e resolve este problema, afirmando ainda que em aviação não há riscos calculados, existindo segurança ou não existindo segurança.

De seguida, o deputado Rui Martins perguntou se a ampliação da pista era uma mais valia para a ilha do Faial e para a Região; se reivindicaram à ANA, o cofinanciamento dos 90 metros obrigatórios das áreas RESA; e se o Governo dos Açores e da República disseram algo sobre o estudo.

O Sr. João Corvelo respondeu que as áreas RESA são uma obrigação desde 1999, pelo que a ANA é responsável pelos custos no aumento de 180 metros. Indicou, também, que os custos destas áreas são variáveis, pois dependem de várias opções.

A terminar, o Presidente da C.M. da Horta disse que o Governo da República enviou o estudo à ANA; e que o grupo de trabalho pretende o aumento da pista para 2.050 metros e não apenas reclamar, junto da ANA, o aumento de 180 metros das áreas RESA. Concluiu que este estudo é um grande suporte a uma reivindicação da ilha do Faial.

Os pareceres solicitados e recebidos pela Comissão Permanente, à data de aprovação deste relatório, são anexos do mesmo:

- Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea;
- Conselho de Administração da ANA S.A.;
- ATA Associação de Turismo dos Açores;
- Conselho de Ilha do Faial;
- Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- Ministro do Planeamento das Infraestruturas;
- Associação dos Pilotos Portugueses Linha Aérea;
- NAV Portugal;
- Associação de Agricultores da Ilha do Faial;



- Associação de Jovens Agricultores Faial;
- Associação de Pescadores de Atum e Similares Açores;
- Associação de Produtores de Espécies Demersais;
- Câmara Municipal Lajes das Flores;
- Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores;
- Câmara Municipal da Calheta;
- Câmara Municipal das Velas;
- Câmara Municipal Lajes do Pico;
- Câmara Municipal São Roque do Pico;
- Câmara Municipal da Madalena;
- Câmara Municipal do Corvo.

4.º CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e BE, pronunciar-se da seguinte forma:

1. O primeiro subscritor da petição referiu que o principal objetivo da petição consiste no aumento e melhoria das condições de segurança da pista do aeroporto da Horta, bem como a melhoria das condições da operação da Azores Airlines e SATA Air Açores.
2. Por sua vez, o representante da Câmara de Comércio e Indústria da Horta declarou que o aeroporto tem um impacto transversal na atividade económica, defendendo a ampliação da pista do aeroporto do Faial, numa lógica de um aeroporto inteligente e sustentável, que sirva o Faial e as restantes ilhas do grupo central, como alavanca ao desenvolvimento económico.
3. Já o Presidente da Câmara Municipal da Horta disse que a partir de 1985 começou-se a reivindicar a ampliação da pista, para eliminar e reduzir as suas penalizações e limitações.



Tem vindo a diligenciar junto das entidades públicas o aumento da pista, tendo constituído um grupo de trabalho, que fez um estudo sobre a ampliação da pista, no valor estimado de 34,9 milhões de euros. Disse ainda que o estudo foi entregue ao Governo Regional, ao Governo da República e à empresa ANA Aeroportos, realçando que o aumento da pista e a melhoria das acessibilidades são essenciais ao desenvolvimento da ilha do Faial e da Região.

4. A Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas indicou que a certificação do sistema RISE é um processo complexo e a sua conclusão está dependente da autorização da ANAC, sendo expectável reduzir o número de cancelamentos de voos e os custos operacionais.
5. O Governo dos Açores tem vindo a instar o Governo da República e a entidade concessionária – ANA, da necessidade de ampliação da infraestrutura e de outros investimentos que levem à melhoria das condições operacionais.
6. A Secretária Regional informou, também, que quase todas as tripulações da SATA (17 das 21) já estão certificadas para a operação noturna no Pico e no Faial e a SATA cumpre com as Obrigações de Serviço Público, mas não descarta a possibilidade para ajustar a oferta ao crescimento da procura.
7. Os representantes do Grupo de Trabalho afirmaram que, para não haver penalizações na pista da Horta, é necessário que esta tenha 2.050 metros para aterrar e 2.200 metros para descolar, com um custo estimado, para a sua ampliação, entre os 34,7 a 37 milhões de euros.
8. Informaram que o estudo do grupo de trabalho foi feito de raiz e teve em conta a otimização de recursos e dos materiais, de forma a diminuir a pegada ambiental e os custos. Consideram, no entanto, que o aeroporto da Horta é seguro, e que é preferível ampliar a pista do que optar por aviões mais pequenos, para garantir o futuro e o crescimento da economia do Faial.
9. De realçar que a Petição foi subscrita por 2.529 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
10. Dar conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da petição.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ponta Delgada, 28 de fevereiro de 2018

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

O Presidente

Miguel Costa

Exmo(s). Senhor(es)
Comissão Permanente de Economia
Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

V/Ref.	V/Data	N/Ref.	N/Data
		2018/001	10-01-2018

ASSUNTO: Parecer sobre a petição nº12/XI – a favor do aeroporto da Horta e dê mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial

Serve o presente para o envio em anexo do nosso parecer sobre o assunto acima mencionado.

Sem outro assunto com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Direcção



Jorge Fernando Leal Gonçalves

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 0114	Proc. n.º 45.10.01
Data: 018/01/11	N.º 12/XI

Apreciação e Prenuncia Aeroporto

Da análise ao pedido de parecer mencionado em assunto, vimos por este meio emitir alguns considerandos para enquadrar o nosso parecer.

Somos uma Associação de Produtores onde os nossos Associados exercem a atividade extrativa relacionada com a pesca, toda ou quase toda a produção dos nossos Associados está direcionada para a exportação via aérea, quando esta não responde às nossas necessidades socorremo-nos do transporte marítimo com prejuízos significativos para todo o sector, porque o produto leva mais tempo a chegar ao mercado perdendo qualidade, dias de prateleira e consequentemente diminuição do preço.

Muitas vezes, aliás, vezes demais, fica na placa (em terra) pescado ou outras mercadorias em virtude do voo estar cheio com passageiros e consequentemente cheio com as suas bagagens, não existindo lugar para o pescado ou outras mercadorias, embora sabendo que existe uma cláusula no contrato de escoamento de mercadorias por via aérea dos Açores para o exterior, fazendo com que a companhia aérea tenha 48 horas para colocar a mercadoria no destino final. Esta cláusula quando aplicada acarreta muitos constrangimentos para quem compra e exporta, porque quando a mercadoria não chega nos dias acordados, a mesma sofre uma desvalorização do seu preço ou á sua rejeição, e no limite á perda de clientes por parte das empresas exportadoras, tudo isto traduz-se em graves prejuízos para o sector das pescas.

A nossa atividade está muito dependente dos transportes aéreos, quer seja para a exportação do que produzimos como para a vinda de turistas, que consomem muito do pescado que capturamos, quer também na importação de materiais relacionados com a nossa atividade, como a troca de tripulações, peças etc..

Foram exportadas via aérea aproximadamente as seguintes quantidades de mercadorias:

Ano de 2013

- Inter Ilhas 97 369 quilos
- Para o Continente Português (territoriais) 157 872 quilos

Ano de 2014

- Inter Ilhas 121 194 quilos
- Para o Continente Português (territoriais) 203 347 quilos

Ano de 2015

- Inter Ilhas 180 695 quilos
- Para o Continente Português (territoriais) 184 827 quilos

Ano de 2016

- Inter Ilhas 187 262 quilos
- Para o Continente Português (territoriais) 217 773 quilos

Constata-se pelos números acima que a partir de 2014/2015 houve um aumento da carga exportada entre Ilhas (via Terceira e Ponta Delgada), para o continente Português devido à falta de espaço nos voos diretos Horta-Lisboa. O pescado é um artigo perecível e sensível e quantas mais baldeações levar piora a sua qualidade e frescura, quantos mais forem os movimentos de descarga e carga mais caixas se danificam dando lugar à perda de frio, levando em muitos casos à perda da mercadoria.

Para além do já referido, também temos as, atividades marítimo-turísticas e a pesca turismo, esta última está a começar a desenvolver-se, para que estas atividades possam florescer são necessários mais voos com capacidade para trazer maior número de turistas, fazendo com que a economia local e Regional possa crescer.

Pelo atrás exposto somos favoráveis ao conteúdo da petição e damos parecer favorável à mesma, dando realce a alguns pontos enumerados que para nós são essenciais:

1. **Segurança RESA**, dotar a pista com estas áreas de segurança fará com que se aumente a segurança para as aeronaves que ali operam.
2. **RISE**, a implementação deste sistema o mais breve possível para aumentar a operacionalidade das aeronaves com condições de pouca visibilidade.
3. **Aumento da pista**, fará com que as aeronaves A320 aterrem e descolem sem limitações de peso, operando com as suas capacidades reais de transporte.
4. **Aumento de voos/acessibilidades**, aumentar o número de voos sempre que a procura por parte dos passageiros o justifique.



MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES
CÂMARA MUNICIPAL

Exmo. Sr.
Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores
A/C Presidente da Comissão Permanente de
Economia
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta, Ilha do Faial, Açores

V/ REFERÊNCIA:

n/a

V/ COMUNICAÇÃO DE:

n/a

N/ REFERÊNCIA:

Of. 277

DATA:

01/02/2018

ASSUNTO: Pedido de parecer sobre a petição n.º 12/XI – A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial.

Considerando as orientações sugeridas pelos signatários desta petição, no sentido de que estas sejam aprovadas pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e posteriormente cumpridas pela Sata e Governo Regional dos Açores.

Atendendo a que o solicitado não implica diretamente a ilha das Flores, no entanto, uma melhoria nas acessibilidades aéreas a outras ilhas poderá beneficiar as ilhas do Grupo Ocidental, nomeadamente a ilha das Flores.

Observando ainda o aumento acentuado do turismo nos Açores nos últimos anos e, conseqüentemente, a crescente procura pela Ilha das Flores.

Achamos pertinente e somos de parecer favorável a todas as medidas desde que tenham impacto positivo nas acessibilidades aéreas à ilha das Flores.

Com os melhores cumprimentos.

O Vice-Presidente da Câmara,

Beto Alexandre Azevedo Vasconcelos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	436 Proc. n.º 45-10-D
Data	018/02/05 N.º 12/XI



Município de Velas

Rua de São João
9800 - 539 VELAS

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Permanente de
Economia da ALRAA

Rua Marcelino Lima

9901-014 HORTA

Sua Referência

Sua Comunicação de

Nossa referência

Data

660 / 2.21

2018/01/24

ASSUNTO: Parecer sobre a Petição 12/XI – "A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades ao Faial"

Na sequência da receção do pedido de parecer da Comissão Permanente de Economia sobre a Petição 12/XI – "A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades ao Faial", o qual mereceu a nossa melhor atenção e que passamos a responder. Assim sendo, encarrega-me o Presidente da Câmara Municipal de Velas de agradecer a V. Ex.ª o solicitado.

Desta forma, e após apreciação da referida petição, a Câmara Municipal de Velas na sua reunião de 19 de Janeiro corrente, deliberou por unanimidade dar o seu aval favorável, conforme parecer e deliberação que se anexa.

Manifestamos a V. Ex.ª a nossa permanente disponibilidade para a manutenção de uma colaboração institucional que pretendemos duradoura e plena de resultados.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Divisão de Urbanismo e Serviços Urbanos

Jorge Humberto M.D.S. Henriques
(Por competência delegada nos termos
do n.º 1, do art. 38.º da Lei 75/2013)

SEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	358 Proc. n.º 45.19.04
Data:	018/10/31 N.º 12/11



MUNICÍPIO DE VELAS
CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO AVULSA

A Câmara Municipal de Velas delibera em reunião ordinária de dezanove de Janeiro de dois mil e dezoito, nos termos do nº 3 do artigo 57º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar por unanimidade e em minuta o seguinte:_____

"Proposta subscrita pelo senhor Presidente, acompanhada da Petição 12/XI – "A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial", remetida pela Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos e ficam apensos a esta ata no anexo V, para aprovação favorável da mesma._____

—Após alguns esclarecimentos solicitados pelos Vereadores do PS, nomeadamente sobre as considerações no teor do parecer, referentes aos transportes marítimos no Triângulo, o senhor Presidente respondeu que a melhoria das condições de operacionalidade do aeroporto da Horta só será vantajosa para São Jorge caso exista um Plano Integrado de Transportes (PIT) que possa servir São Jorge e transformar o aeroporto da Horta numa gateway para a nossa ilha._____

—A Câmara concordou com a presente proposta e deliberou a aprovação favorável do parecer, em anexo, relativo à Petição 12/XI – "A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial"._____

—Esta deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade"._____

Paços do Concelho de Velas, 23 de Janeiro de 2018

O Presidente,


A Chefe de Divisão de Administração Geral,





MUNICÍPIO DE VELAS

Rua de São João
9800-539 VELAS

PARECER

Melhoramento da Pista do Aeroporto da Horta

A Câmara Municipal das Velas recebeu da Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um pedido de parecer sobre a Petição 12/XI – "A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial".

O Aeroporto da Horta pode constituir um importante elemento de desenvolvimento, beneficiando a população das três ilhas do "Triângulo" e melhorando a oferta de ligações aéreas para o exterior sobretudo nos períodos de "época alta" em que a mesma é deficitária.

Para a ilha de S. Jorge o Aeroporto da Horta devidamente dotado das infraestruturas necessárias para a melhoria do seu serviço constitui uma alternativa às restantes Gateways da Região, devido à sua proximidade em termos geográficos.

No entanto para que esta alternativa seja efetiva há que ter em conta a harmonização do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros entre o Faial e S. Jorge, garantindo que as ligações são efetuadas em horários adequados e compatíveis com os transportes aéreos.

Para este efeito e após as obras de melhoria do Porto Comercial de S. Jorge deveria verificar-se a localização, conforme compromisso assumido pelo Governo dos Açores, de uma embarcação sediada no Porto das Velas assegurando a "Ponte Marítima" necessária ao serviço do "Triângulo", e por conseguinte aos habitantes destas ilhas, bem como a todos aqueles que nos visitam e pretendam vir a utilizar o Aeroporto da Horta, pondo assim em prática o Plano Integrado dos Transportes (PIT) cujos efeitos práticos nunca se fizeram sentir, certamente devido às limitações e diminuição dos Voos no Aeroporto da Horta, à inoperacionalidade do Aeroporto do Pico, e à falta de ligações marítimas adequadas aos horários de partida e chegada dos Voos.



MUNICÍPIO DE VELAS
Rua de São João
9800-539 VELAS

Handwritten notes:
JJS
N
7A
A

Verificando-se que as atuais condições de operacionalidade do Aeroporto da Horta são fortemente limitativas, dado que com a situação atual o aeroporto é propenso a cancelamentos devido a falta de visibilidade, e tem limitações para a operação de aeronaves devido às dimensões da pista, foi solicitado através da Petição 12/XI – "A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial", à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que se pronunciasse sobre a instalação de meios técnicos e a melhoria das condições da sua operacionalidade através da ampliação da pista, bem como do aumento de voos durante os períodos de Maio a Setembro.

A melhoria da operacionalidade do Aeroporto da Horta poderá constituir uma mais valia para os passageiros de S. Jorge, funcionando como alternativa viável se conjugada com a melhoria da frequência do transporte marítimo no "Triângulo", melhorando as condições de mobilidade da população residente e contribuindo para o desenvolvimento do Setor Turístico.

Assim, tendo em conta que existem evidentes vantagens para a população de S. Jorge e para o desenvolvimento económico desta Ilha, a Câmara Municipal de Velas dá o seu parecer favorável à petição apresentada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a melhoria da operacionalidade do aeroporto da Horta.

Analisado e aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara de 19 de Janeiro de 2018.

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

Exm.º Senhor
Presidente da Comissão Permanente de
Economia
ALRAA
R. Marcelino Lima
9900-122 HORTA

Sua referência
3658

Sua comunicação de
23-10-2017

Nossa referência
39/18

Data
2018-02-09

ASSUNTO: Petição n.º 12/XI “A favor do Aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”

Em cumprimento da deliberação tomada pelo Conselho de Ilha do Faial, na reunião ordinária no passado dia 31 de janeiro, junto remeto a V. Ex.ª, o Parecer deste Conselho de Ilha, referente à petição “A favor do Aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”.

Com os melhores cumprimentos e considerações

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA,



Guilherme Marinho Pinto de Sousa

Anexo: o citado
ZC

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DÁ REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>554</u>	Proc. n.º <u>45.10.01</u>
Data: <u>018/02/15</u>	N.º <u>12/XI</u>

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

Parecer do Conselho de Ilha relativo à Petição nº12/XI "A favor do Aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial"

As acessibilidades aéreas, de e para o Faial, são fundamentais para esta ilha, para a qualidade de vida da população e para a dinamização e sustentabilidade do desenvolvimento da sua economia.

Ao longo dos últimos anos a ilha do Faial tem sido confrontada com a evidente incapacidade da SATA para prestar um serviço de qualidade aos residentes e aos visitantes – com efeito penalizador para atividade turística – bem como às necessidades das empresas, particularmente aos exportadores de produtos frescos.

A dar nota das preocupações e do descontentamento dos faialenses têm sido muitas as tomadas de posição públicas a reivindicar a prestação de um melhor serviço pela transportadora aérea regional SATA, tanto por parte da Câmara Municipal da Horta, da Assembleia Municipal, do Conselho de Ilha, das Associações Empresariais ou Sectoriais, e da Sociedade Civil.

Para além das regulares deficiências verificadas na prestação do serviço relativamente à procura, nomeadamente no que se refere ao numero dos voos, aos atrasos verificados, às bagagens que não chegam no mesmo voo ao destino dos passageiros, ao transporte de produtos locais para o exterior, há ainda a registar as dificuldades – em vários períodos do ano, nomeadamente na época alta – da reserva de lugares na ligação direta Lisboa/Horta/Lisboa, a par de que na ligação direta, com regularidade apresenta custos nas viagens muito superiores ao das ligações com escala por outras ilhas.

Mas a qualidade das acessibilidades aéreas não passa exclusivamente pela prestação do serviço prestado pela SATA, sendo também fundamentais e determinantes as condições e a capacidade das infraestruturas aeroportuárias. Neste quadro são de há muito conhecidas as limitações e as consequentes condicionantes da pista do Aeroporto da Horta nas suas várias vertentes de operacionalidade.

É longa, e tem sido difícil, a persistente e justa luta dos faialenses na defesa do aumento da pista do Aeroporto da Horta, que tem tido maior visibilidade a partir da criação do "Grupo Aeroporto da Horta" que, para além de ter promovido o debate público e trazido o assunto para a "ordem do dia", organizou uma manifestação com expressiva participação, promoveu a Petição "A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial".

Por iniciativa da Câmara Municipal da Horta, foi constituído um grupo, formado por pessoas-idóneas e tecnicamente preparadas nesta área, que apresentou um trabalho sério e fundamentado, reduzindo de 73 milhões de euros, estimados inicialmente, para cerca de 35 milhões, contemplando todas as obras necessárias, incluindo as expropriações ao custo dos preços de mercado.

O referido estudo propõe, a ampliação da pista dos atuais 1.600 metros para 2.050 metros de comprimento, em terrenos conquistados ao mar, o que contribui significativamente para a redução dos custos anteriormente referidos.

As vantagens da ampliação da pista do Aeroporto da Horta trás as seguintes mais-valias:

1 – Que a operação se realize, regularmente, sem qualquer tipo de penalização, permitindo o máximo de rentabilidade da operação, tanto diurna como noturna;

2 – Permitir que a operação se alargue a outros operadores e outros destinos com o intuito de ter mais e melhor oferta no que concerne às acessibilidades de e para a esta ilha;

3 – Viabilizar que a operação se realize com outros tipos de aeronaves, nomeadamente os novos aviões A 321 neo, recentemente ao serviço da SATA;

No que concerne às acessibilidades aéreas que são fundamentais para a ilha do Faial, para a qualidade de vida da população e para a sustentabilidade e desenvolvimento da economia local, do triângulo e desta zona do arquipélago, é fundamental a manutenção, de no mínimo, 14 voos na ligação LX/HRT/LX, nos meses de julho e agosto, sem descorar maior numero de ligações em outros períodos do ano sempre que a procura deste destino assim o exija.

Regista-se como positivo, a recente certificação do sistema RISE, que vem minimizar a operacionalidade, no Aeroporto da Horta, em condições meteorológicas adversas.

A ampliação do Aeroporto da Horta não é um capricho dos faialenses, mas fundamental para o futuro, pelo que é imprescindível que o investimento se faça, independentemente do modelo de financiamento que venha a ser definido.

Horta, 9 de fevereiro de 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA DO FAIAL,



Guilherme Marinho Pinto de Sousa

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Economia do Governo Regional dos Açores
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Lisboa, 2 de Novembro de 2017

Nossa Ref.ª 0330/2017

Assunto: Resposta ao V/ Ofício 3663 23-10-17

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Economia do Governo Regional dos Açores
Exmo. Dr. Miguel Costa,

Agradecemos o seu contacto, no sentido da APPLA dar o seu parecer sobre a petição N.º 12/XI.

Somos, como tal, a informar o seguinte:

- 1) A APPLA não conhece, no presente, com a profundidade adequada o assunto em apreço, sendo que tal será uma base essencial para que nos pronunciemos de forma mais ajustada;
- 2) Pouco sabemos das irregularidades dos voos da AZORES Airlines para a Horta, mas salientamos que, tendo vários Associados nossos, conforme é o meu caso, larga experiência na operação de aeronaves de reacção para a Horta e para o Pico, as irregularidades serão sempre algo expectável, isto atendendo à infra-estrutura aeroportuária, em especial se considerarmos os tipos de ajudas-rádio disponíveis (inexistência de aproximações de precisão) e, em especial, às questões climatéricas inerentes a um arquipélago situado em pleno Oceano Atlântico;
- 3) Não basta que as aeronaves da AZORES Airlines tenham capacidade para aproximações de precisão (CAT I, II e/ou III), nem que os seus Pilotos estejam qualificados para este tipo de aproximações (tanto as aeronaves da AZORES Airlines, quanto os seus Pilotos estão, na realidade, preparados e qualificados para este tipo de operação), pois a infra-estrutura aeroportuária terá que estar igualmente apetrechada e qualificada para tal, algo que não acontece na Horta nem no Pico;
- 4) Aumentar a pista da Horta será um investimento na ordem das muitas centenas de milhões de euros, que bem poderá chegar ao bilião, caso seja necessário aterro e/ou uma Infra-estrutura assente em pilares (por exemplo, a obra de aumento da pista da Madeira foi, até ao momento, uma das obras mais caras em todo o mundo). Obviamente que esta Associação verá com muito bons olhos tal obra, mas, para além de sermos Pilotos, somos cidadãos de Portugal, entendendo e conhecendo os constrangimentos que no presente afectam Portugal e a Europa;



5) Nenhuma empresa de Transporte Aéreo pode garantir a inexistência de irregularidades, em especial no que concerne aos Açores, atendendo, novamente, às características climáticas da Região. Na realidade, em Transporte Aéreo, há que estar sempre preparado para os imponderáveis, devendo estes ser encarados com a mesma nobreza com que encaramos o cumprimento dos horários, pois é altamente indesejável para o bem da Segurança do Transporte Aéreo forçar qualquer tipo de operação que não deva ser continuada, quer por motivos endógenos ou exógenos à própria operação.

Face ao exposto, esperamos ter contribuído para a elucidação que a Comissão liderada pelo Exmo. Sr. Presidente procura, e permanecemos ao dispor para algum esclarecimento adicional, que bem poderá ser através da visita aos locais de um Grupo de Trabalho do Gabinete Técnico da APPLA, que poderemos considerar constituir para efeito, caso assim o entenda e colha o apoio do Governo Regional dos Açores.

Sem outro assunto de momento, os meus melhores cumprimentos,

Miguel Silveira

Presidente da Direcção da APPLA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 3323	Proc. n.º 45/0.01
Data: 01/11/03	N.º 12/II





07.DEZ 2017*013427

A/C. Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Permanente de
Economia da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores
Dr. Miguel Costa

Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

N/Ref.^a: Ofício n.º 71/PCA/2017

Assunto: Pedido de Parecer sobre a Petição n.º 12/XI - «A Favor do Aeroporto da Horta e de Mais de Melhores Acessibilidades Aéreas ao Faial»

Exmo Senhor Presidente,

Com referência ao assunto identificado em epígrafe, e na sequência do solicitado através do ofício datado de 27 de outubro p.p., cumpre informar V. Exa. que a Autoridade Nacional da Aviação Civil tem por missão regular e fiscalizar o setor da aviação civil e supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, assegurando, nos termos dos seus Estatutos (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 40/2015, de 16 de março), um conjunto de atribuições que visam assegurar objetivos de segurança, tanto na vertente da operação dos meios aéreos, como na vertente da regulação das infraestruturas aeroportuárias, no quadro da legislação internacional, do Direito da União Europeia e do Direito Nacional.

Neste contexto, a atuação da ANAC encontra-se circunscrita às competências especificamente previstas nos seus Estatutos, não sendo possível a esta Autoridade interferir na atuação de outros organismos públicos ou de agentes económicos privados existentes no mercado, salvo nas situações em que estejam em causa práticas suscetíveis de violar a regulamentação aeronáutica, nas diversas áreas de atuação desta Autoridade.

Em relação aos pontos 1. e 2. Constantes da Petição n.º 12/XI, cumpre informar V. Exa. que a implementação dos projetos mencionados nos considerandos depende



diretamente de acordo entre os órgãos regionais e a entidade gestora aeroportuária - ANA - Aeroportos, S.A.


No que diz respeito aos pontos 3. e 4 da sobredita Petição, cumpre informar V. Exa. do seguinte: o mercado do transporte aéreo de passageiros encontra-se liberalizado, pelo que a decisão de aumentar o número de frequências nos voos inter-ilhas é uma decisão que compete à transportadora aérea, dado que esta Autoridade não pode impor um número mínimo de frequências diárias.

Veja-se que, no quadro da legislação da União Europeia, as transportadoras aéreas europeias prestam livremente os seus serviços no âmbito do mercado interno, conforme previsto no Tratado sobre Funcionamento da União Europeia e, em especial, o Regulamento (CE) n.º 1008/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo às regras comuns de exploração dos serviços aéreos na União Europeia, pelo que não se afigura possível às entidades públicas impor diretamente a realização de um número de frequências.

Em todo o caso, cumpre informar V. Exa. que, no caso do Governo Regional ou da transportadora aérea, SATA Açores, solicitarem, especificamente, a cooperação da ANAC, esta disponibilizará a sua cooperação técnica no quadro dos seus Estatutos.

Com os melhores cumprimentos, *e elevada consideração,*

O Presidente do Conselho de Administração


Luís Miguel Ribeiro

LMR/IF/PPS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>3752</u>	Proc. n.º <u>45.10.01</u>
Data: <u>07/12/13</u>	N.º <u>12181</u>

Fátima Santos

Assunto: FW: Parecer sobre a Petição N°12/XI - Aeroporto da Horta

De: Miguel Costa
Enviada: 13 de janeiro de 2018 00:21
Para: app <app@alra.pt>
Assunto: Fwd: Parecer sobre a Petição N°12/XI - Aeroporto da Horta

Para dar entrada e juntar ao respectivo processo.
Cps

Enviado do meu iPhone

Início da mensagem reencaminhada:

De: José Santos <chgap@cm-calheta.pt>
Data: 12 de janeiro de 2018, 10:10:25 AZOT
Para: "micosta@alra.pt" <micosta@alra.pt>
Assunto: Parecer sobre a Petição N°12/XI - Aeroporto da Horta

Na sequência do vosso pedido de parecer sobre o assunto mencionado em epígrafe, vimos informar que esta autarquia considera de extrema importância todas e quaisquer ações que visem melhorar as acessibilidades a qualquer uma das ilhas do arquipélago, sendo uma forma de criação de riqueza e potenciadora do seu desenvolvimento. Neste caso concreto, as melhorias a serem implementadas no aeroporto da Horta iriam beneficiar não só a ilha do Faial bem como o grupo central, e em particular o chamado Triângulo, Pico, São Jorge e Faial, onde tem vindo a ser feito um esforço cada vez maior, por todos os municípios que o compõem, na sua promoção como um destino turístico de excelência.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete

José Orlando Santos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	0154 Proc. n.º 45.10.01
Data:	01.8.01 / 15 N.º 12 / XI

Exmo Senhor Presidente
Comissão Permanente de Economia
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901 – 858 Horta

NOSSA REFERÊNCIA

ATA/ 86 /2017

DATA

Ponta Delgada, 13 de Novembro de 2017

Assunto: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PETIÇÃO 12/XI "A FAVOR DO AEROPORTO DA HORTA E DE MAIS E MELHORES ACESSIBILIDADES AÉREAS AO FAIAL".

A Turismo dos Açores/ATA não se pronuncia sobre as condições de operacionalidade do aeroporto da Ilha do Faial, por falta de conhecimento técnico sobre o mesmo.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente

**ASSOCIAÇÃO DE TURISMO
DOS AÇORES**


Francisco Manuel Rosa Coelho